

Contribuições para a constituição da história do sindicalismo docente universitário na Bolívia

Luís Roberto Beserra Paiva*
Carlos Bauer **

Resumen

A Bolívia é o país da América Latina no qual os princípios da reforma universitária de Córdoba foram aplicados de forma mais efetiva. Tal fato deve-se não somente à ação da destacada vanguarda estudantil, e em menor medida dos docentes e trabalhadores administrativos, mas a circunstâncias históricas que destacamos em quatro marcos temporais: a aprovação dos princípios da autonomia universitária na década de 1930, inicialmente como lei referendada (1931) e posteriormente introduzida à Constituição (1938); a Revolução Boliviana de 1952 com a ampliação da participação estudantil no cogoverno; a Revolução Universitária de 1970-1971 com a incorporação de setores operários ao cogoverno; e o processo de redemocratização entre fins da década de 1970 e início de 1980 que institucionalizou em nível nacional o cogoverno paritário e a autonomia. A principal organização sindical docente universitária, a Confederação de Docentes Universitários (CUD), foi criada em 1983, quase simultaneamente às suas congêneres na Argentina e no Brasil, mas ao contrário das entidades destes países, a CUD surge da necessidade de institucionalização em nível nacional do cogoverno. Assim, a entidade boliviana apresenta uma dupla natureza: é parte da estrutura de autogestão universitária e ao mesmo tempo representa sindicalmente os docentes universitários bolivianos. Neste texto pretendemos abordar o processo de criação,

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, Brasil. e-mail: luispaiva64@gmail.com

** Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, Brasil. e-mail: carlosbauer@pesquisador.br

Contribuições para a constituição da história do sindicalismo docente universitário

estruturação e funcionamento da CUD e, em seguida, as particularidades do processo de contrarreforma universitária neoliberal vivenciado pelos docentes bolivianos a partir da década de 1990.

Palavras-chave: sindicalismo docente universitário, autonomia universitária, cogoverno universitário, contrarreforma universitária

Contributions to the constitution of the history of university teaching unionism in Bolivia

Abstract

Bolivia is the Latin American country in which the principles of Cordoba's university reform have been most effectively applied. This is due not only to the action of the distinguished student avant-garde, and to a lesser extent of teachers and administrative workers, but to historical circumstances that we highlight in four time frames: the approval of the principles of university autonomy in the 1930s, initially as law endorsed (1931) and later introduced to the Constitution (1938); the Bolivian Revolution of 1952 with the expansion of student participation in cogovernment; the University Revolution of 1970-1971 with the incorporation of workers' sectors into the cogovernment; and the process of redemocratization between the late 1970s and early 1980s which institutionalized the parity co-government and autonomy at the national level. The main university teaching union organization, the Confederation of University Teachers (CUD), was created in 1983, almost simultaneously with its counterparts in Argentina and Brazil, but unlike the entities of these countries, CUD arises from the need for institutionalization at the national level. of cogovernment. Thus, the Bolivian entity has a twofold nature: it is part of the university self-management structure and at the same time syndicates the Bolivian university teachers. In this text we intend to approach the process of creation, structuring and functioning of the CUD and, next, the particularities of the neoliberal university counter-reform process experienced by Bolivian teachers from the 1990s.

Keywords: university teaching unionism, university autonomy, university co-government, university counter-reform

Contribuciones a la constitución de la historia del sindicalismo docente universitario en Bolivia

Resumen

Bolivia es el país latinoamericano en el que los principios de la reforma universitaria de Córdoba se han aplicado de manera más efectiva. Esto se debe no solo a la acción de la destacada vanguardia estudiantil, y en menor medida a los maestros y trabajadores administrativos, sino a las circunstancias históricas que distinguimos en cuatro marcos temporales: la aprobación de los principios de autonomía universitaria en la década de 1930, inicialmente como ley promulgada (1931) y luego incorporada a la Constitución (1938); la revolución boliviana de 1952 con la expansión de la participación estudiantil en el cogobierno; la Revolución Universitaria de 1970-1971 con la incorporación de los sectores de los trabajadores en el cogobierno; y el proceso de redemocratización entre fines de los años setenta y principios de los ochenta que institucionalizó el cogobierno paritario y la autonomía. La principal organización sindical docente universitaria, la Confederación de Docentes Universitarios (CUD), se creó en 1983, casi al mismo tiempo que sus homólogos en Argentina y Brasil, pero a diferencia de las entidades de estos países, CUD surge de la necesidad de institucionalización a nivel nacional del cogobierno. Por lo tanto, la entidad boliviana presenta una doble naturaleza: es parte de la estructura de autogestión universitaria y al mismo tiempo representa sindicalmente a los docentes universitarios bolivianos. En este texto pretendemos abordar el proceso de creación, estructuración y funcionamiento del CUD, y luego las particularidades del proceso de contrarreforma universitaria neoliberal experimentado por los maestros bolivianos de los años noventa.

Palabras clave: sindicalismo de enseñanza universitaria, autonomía universitaria, co-gobierno universitario, contrarreforma universitaria

Introdução

O presente trabalho integra o conjunto de pesquisas desenvolvidas no seio do Grupo de História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (GRUPHIS), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), voltados para o estudo da História da Educação, a partir do papel dos trabalhadores da educação organizados em entidades associativas, sindicais e políticas.

Desenvolvemos nos últimos anos o estudo sobre a história do sindicalismo docente universitário em vários países da América Latina, mais precisamente, sobre a Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru e México, com enfoque nas organizações sindicais docentes universitárias nacionais e, quando da sua inexistência, das principais entidades sindicais docentes universitárias, como no caso do México.

Nosso campo de interesse está centrado em dois eixos, um estrutural e outro político, ou seja, a gênese, desenvolvimento e estruturação destas entidades, e suas ações, análises e proposições diante da contrarreforma neoliberal universitária iniciada no final do século XX.

A iniciativa de estudar processos organizativos sindicais similares em diferentes países da América Latina deve-se a várias inquietações. A primeira, a constatação da ausência, no Brasil, mas também em vários países, de estudos internacionais, comparativos, sobre experiências de organização daqueles que vivem do próprio trabalho no campo da educação superior.

Percebemos que as ações e esforços organizativos desenvolvidos pela vanguarda docente universitária latino-americana, encontravam-se restritos ao âmbito nacional, e em muitos casos, não constituíam objeto de estudo de nenhum campo das ciências humanas de seus respectivos países. Por vezes, não há sequer trabalhos de preservação da memória do percurso histórico destas mesmas entidades (Bolívia, Peru, Colômbia e, em menor grau, México).

Entendemos que o registro e o estudo de tais experiências poderiam contribuir para o estabelecimento de quadros explicativos

mais amplos em diversas dimensões –sindical, política, educacional– e inerentes ao exercício e reconhecimento das especificidades da profissão docente.

A segunda inquietação refere-se ao aprofundamento da globalização e do caráter transnacional das políticas aplicadas nos distintos países que têm se apresentado como reformas: educacional, trabalhista e previdenciária.

Esse conjunto de “reformas” configura-se como um ataque à classe trabalhadora e seus direitos, mas também às formas de estruturação mais horizontais, participativas e democráticas nas instituições. Particularmente no campo do ensino superior afetou e afeta milhares de docentes universitários, seja pela precarização do vínculo com a instituição, trabalho não remunerado, produtivismo ou pela necessidade de permanecer trabalhando sem perspectiva de aposentadoria. No que toca à universidade tem significado fragilização da autonomia universitária e cogoverno, impulso ao ensino privado e redução do financiamento público.

Em rápidas palavras, é importante contextualizar que a exigência do cogoverno na Bolívia surge da difusão dos princípios da Reforma Universitária de Córdoba na América Latina. O cogoverno foi instituído na universidade boliviana em 1930 e inscrito na Constituição em 1938. Inicialmente os estudantes ocupavam 1/3 dos assentos. Em 1953, durante a revolução, os estudantes lograram ampliar sua participação para 50% do Conselho Universitário, em igualdade de condição com os docentes. Em nível nacional o cogoverno se expressa na existência do Comitê Executivo da Universidade Boliviana (CEUB).

Por meio de suas entidades sindicais e acadêmicas os docentes têm resistido e reagido com a elaboração de análises e adoção de planos de lutas na esfera nacional, em resposta a um ideário neoliberal que se articula em nível internacional.

Compartilhamos com Leher (2008) a conceituação de que as propostas neoliberais para o ensino superior se configuram como uma contrarreforma universitária neoliberal, no sentido que atentam contra os fundamentos da Reforma Universitária de Córdoba (1918): autonomia universitária, cogoverno, livre acesso, ensino gratuito e laico, contratação de docentes pelo mérito.

Tal qual compreendido por Harvey (2008), o neoliberalismo assumiu em cada país características idiossincráticas em virtude de fatores de ordem política, histórica, e correlação de forças específicas. Sob essa perspectiva faz-se necessário descrever e relacionar comparativamente como as “recomendações” do Banco Mundial (1995) e a Declaração de Bolonha (1999) têm afetado os trabalhadores, o ensino superior e a própria estrutura universitária em cada país e quais têm sido as estratégias de resistência e ofensiva dos trabalhadores em cada nação latino-americana.

Neste artigo apresentamos determinados aspectos dessa experiência na Bolívia e alguns elementos para contribuir com a conformação de uma história do sindicalismo docente universitário boliviano.

Procedimento metodológico

Buscando nos referenciar em dados fornecidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ([CEPAL], 2015), a Bolívia é o país da América do Sul com o maior percentual de habitantes que se reivindicam como pertencentes aos chamados povos originários –62,2% da população declara-se membro de uma das 37 etnias reconhecidas na Constituição do Estado– e marcado por uma história pautada por guerras, revoluções, golpes de estado e experiências radicais de organização e enfrentamento social.

A principal organização nacional sindical docente universitária é a Confederação Universitária de Docentes (CUD). Ainda antes das incursões em seu território, no Brasil, identificamos a ausência de estudos sobre o sindicalismo docente universitário boliviano e intentamos estabelecer contato com a CUD por meio do seu site e pesquisas nos sites dos principais meios de comunicação bolivianos.

Com o auxílio de uma bolsa de estudos do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PRO-SUP) e de um auxílio à pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), viajamos à Bolívia em 2016 com o intuito de ampliarmos a revisão bibliográfica, realizar

coleta de documentos (fontes primárias e secundárias) e entrevistar docentes das universidades públicas que participavam da vida das entidades sindicais de suas respectivas categorias.

Com referência à revisão bibliográfica, deparamo-nos na Bolívia com um quadro não muito diferente ao existente no Brasil. Não localizamos nenhum campo de estudo ou obra sobre o sindicalismo docente universitário.

Para compor um quadro aproximado do percurso da organização dos professores enquanto sujeitos sociais e políticos, recorreremos, então, às obras sobre a história da universidade latino-americana e boliviana (Arauco, 2011; Laguna & Weise 2008; Paz Rada, 2017; Rodríguez Ostría, 1998; Tünnermann Bernheim, 1991), assim como também sobre a História da Bolívia (Andrade, 1998, 2007; Gómez Lara, 2013; Klein, 2015; Laserna, Villarroel, Escóbar & Gomez Lara, 2013; Mariátegui, 2010).

Quanto às propostas de contrarreforma neoliberal, utilizamos documentos do Banco Mundial (1995) e outros referentes à Declaração de Bolonha (1999), bem como materiais produzidos pelas universidades e governos.

Além da sede da CUD, em La Paz, visitamos mais seis Federações de Docentes Universitários: na própria capital, em El Alto, Sucre, Oruro, Potosí e Cochabamba. Neste trabalho de campo coletamos documentos produzidos pelas próprias entidades (revistas, boletins, relatórios, convênios) e realizamos as entrevistas, que têm alguns dos seus excertos reproduzidos no presente manuscrito.

As oito entrevistas com docentes foram realizadas com enfoque qualitativo seguindo um roteiro semiestruturado (François, 2016; Manzini, 2012), permitindo inteirarmo-nos, por meio das análises e percepções destes professores, sobre os principais problemas que afligem os docentes universitários bolivianos, e identificar acontecimentos que desconhecíamos, bem como localizar documentos produzidos pelas instituições universitárias, secretarias, ministérios, grande imprensa e institutos de estatística do governo.

Por analisarmos eventos que sucederam em um período recente (1990-2010), e com o emprego de entrevistas, recorreremos

a autores que desenvolveram estudos metodológicos sobre a história do tempo presente (Rémond, 2016), e História Oral (Barros, 2007; Thompson, 1998; Voldman, 2016). Com relação à análise crítica da contrarreforma universitária, valemo-nos de trabalhos de autores como Valdemar Sguissard (2009), Roberto Leher (2008), Maria Itadi Eiró e Afrânio Catani (2011) e Sadi Dal Rosso (2011).

Marco histórico do ensino superior boliviano

Ao contrário da Inglaterra, Portugal, França ou Holanda, a metrópole espanhola, juntamente com a igreja, idealizou e criou 32 instituições universitárias na América do século XVI até os processos de independência. A universidade integrou a estrutura colonial local. A primeira universidade boliviana foi criada em 1623, em Chuquisaca, hoje Sucre, por iniciativa da ordem jesuítica, e foi nomeada Universidade São Francisco Xavier (Arauco, 2011).

A universidade colonial foi uma instituição elitista e aristocrática com o propósito de fortalecer o controle da metrópole e centrado na formação dos espanhóis (chapetones) ou dos descendentes nascidos na América (criolos).

Segundo Tünnermann Bernheim (1991), os indígenas que porventura frequentassem esta universidade, eram filhos de caciques que se encontravam integrados ao projeto colonizador. Era vedado o ingresso de negros, chineses e mulatos. Foi uma instituição fundada com critérios discriminatórios e com uma visão eurocêntrica e, portanto, ideologicamente alienada em relação à realidade circundante.

A criação de novas universidades teve início logo após a independência, com a fundação, em La Paz, da Universidade Maior de San Andrés (1830), e da Universidade Maior de San Simón (1832), em Cochabamba. Tinham o propósito, segundo Rodríguez Ostría (1998), de contrabalançar a força e a influência da igreja na formação de quadros para o nascente Estado e sob o paradigma universitário napoleônico.

Quadro 1. Relação de universidades públicas bolivianas.

| |
|---|
| Universidade Maior, Real e Pontifícia de São Francisco Xavier (UMSFX), criada em 1623 |
| Universidade Maior de San Andrés (UMSA), de La Paz, criada em 1830 |
| Universidade Maior de San Simón (UMSS), de Cochabamba, criada em 1832 |
| Universidade Autónoma Tomás Frías (UATF), de Potosí, criada em 1892 |
| Universidade Técnica de Oruro (UTO), de Oruro, criada em 1892 |
| Universidade Autónoma Gabriel René Moreno (UAGRM), de Santa Cruz, criada em 1879 |
| Universidade Autónoma Juan Misael Saracho (UAJMS), de Tarija, criada em 1946 |
| Universidade Autónoma de Beni José Ballivian (UABJB), de Beni, criada em 1967 |
| Universidade Nacional de Siglo XX (UNSXX), criada em 1985 |
| Universidade Amazônica de Pando (UAP), Pando, criada em 1993 |
| Universidade Pública de El Alto (UPEA), de El Alto, criada em 2000, (autonomia em 2003) |

Fonte: Paz Rada (2017, p.77).

Em 1874 foi aprovada a Lei de Desvinculação da terra que na prática expropriou as propriedades comunais indígenas. Houve então um levante indígena liderado por chefes guerreiros (mburubicha). Foram produzidos registros de mortos de algo em torno de 20.000 combatentes indígenas.

Tal como asseverou Mariatégui (2010) em relação ao novo regime liberal da república peruana, que ao invés de elevar, só fez pauperizar e agravar a opressão e miséria da condição do indígena, o mesmo se passou na Bolívia.

Também ocorreram vários incidentes militares e guerras que redesenharam o território boliviano, valendo destacar a Guerra do Pacífico (1879-1882) que contrapôs os interesses da elite mineradora chilena, aliada da Inglaterra, à aliança do Peru e Bolívia.

Os dois países andinos perderam parte de seu território e a Bolívia, desde então, exige a devolução de sua saída para o oceano. Nesse momento assumiram o governo os representantes do setor mineiro, que acertaram o fim da guerra e estabeleceram um regime conservador com base em Sucre e Potosí.

Em 1892 houve novo massacre indígena, então nas terras baixas, onde foram mortos mais de 4.000 guaranis por disputa de território. Neste mesmo ano foram criadas duas universidades, uma em Oruro e outra em Potosí.

Em relação à organização sindical as primeiras associações mutualistas, como a Sociedade Fraternal dos Obreiros da Cruz e a Sociedade de Socorros Mútuos São José, surgiram na segunda metade do século XIX, e foram constituídas por carpinteiros, sapateiros e artesãos, sob a orientação da Igreja (Machicado, 2010).

Em 1908 fundou-se a Federação Operária de La Paz e em 1912 a Federação Operária Internacional (FOI), de orientação anarquista (Machicado, 2010) com 22 sociedades gremiais e 12 sindicatos filiados. Neste ano foi realizada a primeira celebração do 1º de maio na Bolívia.

Em 1916 foram criadas as primeiras confederações trabalhistas urbanas e em 1922 ocorreu a primeira greve geral (Klein, 2015; Vargas, 2012). Não encontramos registro sobre a participação de docentes nesta paralisação, mas no tocante ao movimento estudantil, é provável que um setor tenha apoiado e mesmo participado, como ocorreu no Peru em 1919. Também na Argentina os estudantes haviam promovido atos em 1918, em apoio à Reforma Universitária, juntamente com operários, que chegaram a reunir 20.000 pessoas.

Ao longo da década de 1920 foram criadas a Federação Obreira do Trabalho (FOT), de influência anarquista, e a Federação Obreira Sindical (FOS), fundada pelos marxistas. Sob o impacto da Revolução Russa, o anarquismo inicia um processo ininterrupto de perda de influência e em 1927, no Terceiro Congresso dos Trabalhadores, a FOS deu origem à Comissão Boliviana do Trabalho (CBT).

Figura 1. Manifestação da Federação Obrera Local, La Paz, 1930.



Fonte: Bolívia. Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social (2018).

A renovação das estruturas universitárias estava imersa nesse ambiente efervescente e foi fortemente influenciada pelos informes que chegavam da Reforma Universitária de Córdoba (1918). Desde 1924 o movimento estudantil universitário boliviano já discutia os fundamentos reformistas e em 20 de agosto de 1928, durante o Primeiro Encontro Universitário, realizado em Cochabamba, fez constar do Programa de Princípios da nascente Federação Universitária Boliviana (FUB), a proposta de uma reforma universitária embasada no paradigma cordobês.

A aguerrida militância estudantil obteve o reconhecimento da autonomia universitária e o cogoverno em 25 de julho de 1930, paradoxalmente durante a vigência de um governo militar, em um contexto político e econômico marcado pela crise mundial de 1929. No ano seguinte, 1931, a autonomia foi legitimada por um referendunum.

Figura 2. Primeiro Congresso de Estudantes, 1928,
Cochabamba.



Fonte: Tinta Roja (2018).

Daniel Salamanca assumiu a presidência nas eleições de 1931 e não encontrando saída para as pressões internas levou o país à guerra contra o Paraguai, conhecida como a Guerra do Chaco (1932-1935).

O governo de Salamanca foi extremamente hostil à organização sindical e movimentos indígena e universitário. Os destacamentos enviados à guerra foram compostos em sua maioria por quéchuas e aimarás, acompanhados pelos “descontentes” dos meios urbanos, aqueles que protestavam, faziam greves e criticavam o governo: estudantes, sindicalistas, intelectuais.

Nesta guerra existe a estimativa de que morreram 50.000 bolivianos, uma verdadeira tragédia. Tais perdas foram proporcionais às sofridas pelas nações europeias durante a I Guerra Mundial. Esse desastre militar e humanitário repercutiu profundamente na difusão de análises críticas à organização social e política do país, definindo uma nova pauta. Klein (2015), observa ainda que, o

Luís Roberto Beserra Paiva, Carlos Bauer

final da guerra viu o colapso tanto do governo civil, como dos partidos políticos tradicionais. As ideias que antes haviam sido difundidas por um pequeno grupo de intelectuais radicais, agora se tornavam preocupação de grande parte dos jovens e ex-combatentes com consciência política. Esta mudança foi tão distintiva, que os bolivianos mesmos falariam de grupos que chegaram à maturação durante a Guerra do Chaco como a “geração do Chaco”. A questão indígena, a questão trabalhista, a questão da guerra, e a dependência econômica dos mineiros privados se tornaram temas novos de debate nacional, mais que os velhos problemas dos governos civis, as eleições honestas e a construção de estradas de ferro. Estas discussões levaram à criação de novos partidos e movimentos revolucionários a fins da década de 1930 e durante os anos 1940, e finalmente à revolução social de 1952. (p. 230)

Após o término da guerra foram fundadas várias organizações que desempenharam um papel protagonista no combate ao regime político dos barões de estanho (conhecidos como La Rosca) e na Revolução de 1952: o Partido Operário Revolucionário (POR), em 1935; o Partido de Esquerda Revolucionária (PIR) em 1940; e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) em 1941.

O POR era uma organização de tendência trotskista, enquanto que o PIR representava um setor de esquerda nacionalista, que se aproximou durante a II Guerra Mundial do stalinismo. O MNR também representava um setor nacionalista, mas orientado para o nazismo, que depois da II Guerra Mundial passou por um processo de depuração destes elementos fascistas.

A política neste período foi hegemonizada pelo setor de jovens oficiais da “geração do Chaco” que promoveram, sob a pressão social, reformas que vinham sendo incrementadas em países vizinhos. Cabe destacar que em 1936 houve uma grande greve geral e, em 1938, a promulgação de uma nova carta constitucional de característica mais social, como a mexicana de 1917, e que em 1939 se ratifica um decreto com um novo código trabalhista. Na carta constitucional de 1938 foi inscrita a autonomia universitária.

Ao longo da década de 1940 essa facção do exército perderia gradualmente seus aspectos mais progressivos e passaria a alinhar-se com os grupos conservadores. O governo do general Enrique Peñaranda del Castillo (1940-1943) executou em Catavi

mineiros em greve que marchavam desarmados e acompanhados de seus familiares. Esse massacre comoveu o país.

Este governo perseguiu e assassinou vários dirigentes de esquerda, particularmente do PIR e do POR, e contou com apoio da ala fascista do MNR, mas um novo golpe estabeleceu o governo do coronel Gualberto Villaroel (1943-1946) que assumiu uma postura menos hostil para com o movimento social e levou pela primeira vez um setor do MNR (Paz Estenssoro) a participar de um governo.

Paralelamente, a classe operária passava por um processo de amadurecimento e estruturação de novas entidades como a fundação da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos (FSTMB) em 1944, e a adoção por esta entidade, em 1946, de um programa extremamente progressivo e anticapitalista, amplamente conhecido na história do movimento operário daquele país, como as Teses de Pulacayo.¹

Estas teses propugnavam a necessidade da independência de classe e superação do atraso econômico e social por meio de uma revolução socialista. De acordo com Machicado (2010) o documento estruturava-se em seis pontos:

1. Rechazar a colaboração de classes; 2 Demandar um salário básico vital e escala móvel de salários; 3. Exigir 40 horas de trabalho por semana e escala móvel de horas de trabalho. 4. Exigir a ocupação e controle operário das minas; 5. Exortar a construção de sua própria força para uma luta frontal com o poder político e assim evitar os massacres; 6. Reivindicar a construção do Socialismo. (p. 8)

No mesmo ano de 1946, os professores protagonizam uma forte greve com apoio popular que derrubou o regime militar com um desfecho dramático:

Em junho de 1946 foi deflagrada uma greve de professores dirigida pelo PIR que ajudou na mobilização de outras categorias. Em 14 de julho um

¹ As teses de Pulacayo adotam a teoria da Revolução Permanente, segundo a qual as tarefas ditas burguesas (reforma agrária, democratização da sociedade, soberania nacional), só poderiam ser alcançadas por meio de uma revolução socialista encabeçada pela classe operária.

Luís Roberto Beserra Paiva, Carlos Bauer

protesto popular em La Paz transformou-se em insurreição. A Federação dos Bancários, dirigida por militantes do POR, decretou greve geral em 18 de julho. O governo, dividido e enfraquecido pela saída do MNR dias antes, não conseguiu controlar a situação. O palácio presidencial foi invadido, Villarroel, morto e seu corpo, depois de jogado da sacada do Palácio, foi queimado na praça Murillo e pendurado em um poste com outras autoridades enforcadas pela multidão. Os dirigentes do MNR refugiaram-se em embaixadas de La Paz. (Andrade, 2007, p. 49)

Até o final da década de 1940 o PIR, juntamente com setores oligárquicos, assumiu uma política de ataque aos trabalhadores, provocando um desgaste do agrupamento stalinista. A Revolução de 1952 eclode a partir de uma tentativa malsucedida do MNR de fazer valer um resultado eleitoral por meio de um golpe putchista juntamente com um setor do exército.

O transbordamento desse golpe para uma revolução popular permitiu a constituição pela classe trabalhadora da Central Obreira Boliviana (COB), a efetivação da reforma agrária, a nacionalização das minas e a aprovação do Código da Educação Boliviana que ampliou a rede escolar para os indígenas.

Durante a revolução as relações entre as universidades e o governo do MNR e a COB, não foram pacíficas, mas marcadas por conflitos. De acordo com Enrique Alberto Rivera Rearte (apud Agramont, 16 de agosto de 2015), mesmo com a conquista da autonomia em 1931 a universidade seguiu sendo um espaço constituído pela elite econômica e cultural da Bolívia e seus dirigentes acomodaram-se com a liberdade alcançada.

Em 1952 a universidade, segundo o mesmo autor, teria sido um foco de resistência às mudanças sociais, por predominar, tanto no setor docente quanto no estudantil, posições conservadoras. Apresenta como evidência as invasões das universidades promovidas pelos cobistas, liderados por Juan Lechín, que exigiam o ingresso das camadas populares nas instituições de ensino superior.

No dia 30 de abril de 1955 a Universidade Técnica de Oruro (UTO) foi tomada pelas milícias cobistas, que em 19 de maio também invadiram a Universidade Maior de San Simón (UMSS), e no

dia 21 do mesmo mês a Universidade Maior, Real e Pontifícia de São Francisco Xavier (UMSF). As ocupações não puseram fim à autonomia, mas conseguiram que novas autoridades fossem eleitas para as universidades com a assinatura de um acordo com o governo em 8 de outubro de 1955.

No seio do movimento estudantil universitário estabeleceram-se duas correntes: uma em defesa da autonomia e outra que defendia submeter as universidades ao governo revolucionário, sob a vertente de uma educação nacionalista.

Paz Rada (2017), no entanto, afirma que os setores estudantis durante a Revolução de 1952 teriam apoiado as reformas vinculadas à nacionalização das minas, à reforma agrária, ao voto universal e à reforma educativa (Código da Educação Boliviana), mas que temas como a autonomia universitária e o cogoverno contrariavam a política centralizadora do governo do MNR e da COB.

Nesse período, um tema que gerou conflitos nas universidades foi o da Autonomia Universitária, posto que o governo do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e a Central Operária Boliviana (COB) colocaram que a mesma não correspondia porque as universidades deviam estar a serviço dos trabalhadores e do regime. Assim mesmo, implementaram-se políticas de extensão universitária com a criação de centros de formação de trabalhadores, como foi o caso da Universidade Tupac Katari (UPTK). (Paz Rada, 2017, p.80)²

Para Rodríguez Ostría (1998) o grande ganho do cogoverno com a Revolução de 1952 foi a paridade. Até então, os estudantes gozavam de um terço dos assentos no cogoverno. A iniciativa teria sido aprovada no X Congresso Universitário ocorrido em Sucre poucos meses após a revolução:

Experiência única na América Latina e talvez no mundo, o Cogoverno paritário foi uma das consignas capitulares do 'X Congresso Universitário' celebrado em Sucre entre 17 e 21 de agosto de 1952. Também o 'Projeto de Estatuto da Universidade Boliviana' recomendado para seu estudo pela 'Segunda Conferência Nacional de Reitores' reunida em Sucre de 27 de janeiro a 3 de fevereiro de 1955, postulava já sem debates essa modalidade. Inicialmente instalado em Potosí em 1953, este estendeu-se no ano seguinte a La Paz, Oruro, Cochabamba e outras universidades, como emergência do

² Tradução nossa.

Luís Roberto Beserra Paiva, Carlos Bauer

'pacto de retiro' subscrito em 8 de outubro de 1955 entre as forças 'Autonomistas', o Governo e a COB. (Rodríguez Ostría, 1998, p.106)³

Partindo-se da argumentação de Álvarez (2010), contribuíam para o confronto entre cobistas e autonomistas, não somente o desejo de centralização do governo do MNR, mas a aversão das classes médias ao ingresso de setores populares na universidade, que anulariam essa formação enquanto canal de mobilização social.

O projeto estatal destinado a democratizar, mas principalmente 'nacionalizar' o ensino superior fracassou fundamentalmente pela resistência das classes médias ligadas diretamente à Universidade, porque o sujeito universitário viu na participação operária e camponesa uma ameaça contra seu 'privilegiado' canal de mobilização social que permite o acesso aos bens simbólicos, em tais características uma Universidade massificada com a participação destes setores sociais supunha uma desvalorização dos bens simbólicos. (Álvarez, 2010, p.11)⁴

A taxa bruta de matrículas no ensino superior durante o período revolucionário destoava pouco dos países vizinhos e ultrapassava inclusive Brasil e México.

Quadro 2. Matrículas do ensino superior latino-americano, década 1950.

| Países | Matrículas no ensino superior | Taxa Bruta | Países | Matrículas no ensino superior | Taxa Bruta |
|-------------|-------------------------------|------------|-----------|-------------------------------|------------|
| Argentina | 82.531 | 5,2 | Guatemala | 2.373 | 0,8 |
| Bolívia | 5.022 | 2 | Haiti | 874 | 0,3 |
| Brasil | 51.100 | 1 | Honduras | 818 | 0,6 |
| Colômbia | 10.632 | 1 | México | 35.240 | 1,5 |
| Costa Rica | 1.539 | 2 | Nicarágua | 560 | 0,6 |
| Cuba | 20.971 | 4,2 | Panamá | 1.519 | 2,2 |
| Chile | 9.528 | 1,7 | Paraguai | 1.692 | 1,4 |
| Equador | 4.122 | 1,5 | Peru | 16.082 | 2,4 |
| El Salvador | 1.199 | 0,6 | | | |

Fonte: Rama, apud Brunner (1990, p.18).

³Tradução nossa.

⁴ Idem.

Nas palavras de Álvarez (2010), apesar do golpe de 1964 ter o intuito de estabelecer uma ditadura militar, as universidades não sofreram intervenção e vários setores estudantis chegaram a festejar a derrubada do governo de Paz Estenssoro.

Barrientos não fez nada para mudar as relações entre o Estado e a Universidade, conservou-se o Estatuto Autônomo da Universidade, inclusive em momentos de confrontação frontal com o movimento universitário, os mesmos que dada sua filiação antimovimentista [anti-MNR], em um primeiro momento não foram adversos ao golpe militar, e a FUL cochabambina saudou “alvoroadamente” a queda do Governo de Paz. (Álvarez, 2010, p.10)⁵

Nas palavras desse mesmo autor, neste ano foi eleito um militante do grupo direitista Falange Socialista Boliviana (FSB) para presidente da Confederação Universitária Boliviana (CUB), ainda que a maior parte dos integrantes fossem membros da Democracia Cristã. Percebemos pela descrição da filiação dos dirigentes, que não há menção de representantes mais à esquerda, como os poristas (que em vários setores já haviam sido perseguidos pelo governo do MNR).

Porém, no decorrer da década de 1960, estudantes e classe operária convergem e formam o Pacto Mineiro Estudantil em agosto de 1966, e a autonomia universitária e o cogoverno ganham novo relevo no período da Revolução Universitária (1970-1971) que se desenvolve paralela à estruturação da Assembleia Popular. Durante esse período o cogoverno foi ampliado socialmente, incorporando setores do movimento operário, no que ficou conhecido como cogoverno tripartite (Rodríguez Ostría, 1998).

Vários professores entrevistados citaram a Revolução Universitária, demonstrando a longevidade, a potência das ideias e das propostas surgidas no calor dessa mobilização. Quando solicitamos ao professor da UMSA, Miguel Cotaña, que indicasse algum processo de luta importante para os docentes, ele fez menção da Revolução Universitária:

Fundamentalmente foram movimentos estudantis. Não se esqueça de que os docentes também foram estudantes. Então, nesta trajetória que

⁵ Tradução nossa.

Luís Roberto Beserra Paiva, Carlos Bauer

temos, sempre iniciamos como estudantes. Somente que agora estamos no papel de docentes ou professores, mas não nos esquecemos de que o cogoverno é básico para nós. O cogoverno é composto por estudantes e docentes. (Cotaña, entrevista aos autores, 29 de agosto de 2016)

Nesta frase percebe-se que os docentes reconhecem que as grandes transformações da universidade ocorreram por conta do ímpeto estudantil, e reivindicam para si esse protagonismo por já terem sido militantes e dirigentes estudantis.

Na opinião de Afonso Velarde, a Revolução Universitária estava identificada com a onda de mobilizações estudantis que sucederam ao maio francês de 1968: “Coincide com um ascenso revolucionário não só na Bolívia, senão no mundo. Os movimentos na França, a Guerra do Vietnã, entre outros” (Agramont, 16 de agosto de 2015, s.p.).

Acrescentaríamos os movimentos estudantis da América Latina tais como o levante operário-estudantil do Cordobazo (1969) na Argentina, o massacre dos estudantes da Cidade do México na Praça das Três Culturas (1968), as manifestações dos estudantes universitários brasileiros (1968) e as mobilizações estudantis ocorridas na Colômbia (1971).

Quadro 3. Evolução de matrículas nas universidades autônomas (1950-2016).

| Ano | Matrículas | Ano | Matrículas |
|------|------------|------|------------|
| 1950 | 5.022 | 2008 | 327.536 |
| 1970 | 26.772 | 2010 | 351.470 |
| 1983 | 76.453 | 2011 | 365.231 |
| 1992 | 114.044 | 2012 | 396.000 |
| 2000 | 197.000 | 2013 | 416.508 |
| 2005 | 281.436 | 2014 | 427.498 |
| 2006 | 292.280 | 2015 | 443.099 |
| 2007 | 308.141 | 2016 | 467.722 |

Fonte: Rodríguez Ostría; Lizárraga, apud Paz Rada (2017, p.84) e CEUB (2017, p.4).

Contribuições para a constituição da história do sindicalismo docente universitário

Com o golpe de Hugo Banzer a experiência da Revolução Universitária, bem como a Assembleia Popular, chega ao fim de forma sangrenta, mas não é esquecida, mesmo com os expurgos nas universidades submetidas à intervenção militar.

Em 1978 vários estudantes engrossaram a greve de fome iniciada pelas mulheres de mineiros que levou ao fim do governo Banzer. Nesta breve primavera democrática, inicia-se o resgate das estruturas forjadas na Revolução Universitária, com a proposta da criação do Comitê Executivo da Universidade Boliviana (CEUB), uma experiência de cogoverno em nível nacional.

Em 1978 se organiza o momento universitário, se formam os Centros Estudiantis, elegem-se autoridades e se produz um Congresso de Universidades em Cochabamba, que aprova a formação do Comitê Executivo da Universidade Boliviana (CEUB) como instância coordenadora das Universidades públicas e um Estatuto da Universidade Boliviana. Não obstante, em 1980 um novo Golpe Militar se produz no país, como General Luis García Meza, que interveio novamente nas universidades. (Paz Rada, 2017, p.85)⁶

Somente com a redemocratização definitiva em 1982 efetiva-se a autonomia e cogoverno universitário. Como símbolo dessa conquista foi criado uma nova instituição em 1985, a Universidade Nacional Siglo XX (UNSSXX), como um legado da Revolução de 1952.

A Universidade Nacional Siglo XX, deve sua criação a um Projeto largamente aguardado pelos trabalhadores mineiros da Bolívia. O Projeto de formação profissional e educacional popular dos trabalhadores mineiros, foi concebido em forma clara e definitiva durante a época da Reforma Educativa, no ano de 1956. Quatorze anos depois, no XIV Congresso Mineiro de Siglo XX (abril de 1970) se aprovou o projeto inicial de criação da Universidade Operária, com o objetivo de reivindicar a educação dos trabalhadores mineiros e camponeses do Norte de Potosí. (Serrudo Ormachea, 2006, p.61)

No I Congresso Nacional de Docentes, realizado em Cochabamba em 2 de maio de 1983, foi fundada a Confederação Sindical de Docentes Universitários (CONSIDU), com o objetivo de estabelecer a paridade em nível nacional com os estudantes no

⁶ Tradução nossa.

interior do CEUB. Posteriormente a CONSIDU passou a denominar-se Confederação Universitária dos Docentes (CUD), conformada pelas federações docentes das onze universidades autônomas públicas nacionais da Bolívia:

Quadro 4. Relação de entidades sindicais por universidade.

| Instituição | Província ou cidade | Federação |
|---|-------------------------|------------|
| Universidade Maior de San Simón (UMSS) | Cochabamba | FUD-UMSS |
| Universidade Maior de San Andrés (UMSA) | La Paz | FEDSIDUMSA |
| Universidade Pública de El Alto (UPEA) ⁷ | El Alto | FUD-UPEA |
| Universidade Técnica de Oruro (UTO) | Oruro | FEDUTO |
| Universidade Autónoma Gabriel Rene Moreno (UAGRM) | Santa Cruz de la Sierra | FUP-UAGRM |
| Universidade Autónoma Tomás Frías (UATF) | Potosí | FUD-UATF |
| Universidade Nacional Siglo XX (UNSXX) | Llallagua | FUD-UNSXX |
| Universidade Maior de San Francisco Xavier (USFX) | Sucre | FUD-USFX |
| Universidade Autónoma de Beni | Beni | FUD-UTB |
| Universidade Amazónica de Pando (UAP) | Cobija | FUD-UAP |
| Universidade Autónoma Juan Misael Saracho (UAJMS) | Tarija | FUD-UAJMS |

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

Durante o governo de Hernán Siles Zuazo (1982-1985) o CEUB foi reconhecido, mas os ataques deste governo às condições de vida dos trabalhadores para honrar os compromissos assumidos com o pagamento dos serviços da dívida externa, levaram à antecipação do processo eleitoral com a vitória do candidato neoliberal Paz Estenssoro (1985-1989).

Álvarez Ortega (2010) informa que, durante o governo de Estenssoro, as universidades sofreram grave contenção orçamentária, mas não houve iniciativa no sentido de alterar as estruturas

⁷ A UPEA foi integrada posteriormente, em 2003.

de ensino superior. O autor sugere que este quadro decorre de haver outros temas mais urgentes naquele momento, como o fechamento das minas, demissão de 27.000 mineiros e uma reforma trabalhista. Parece-nos que a ausência de uma proposta articulada em nível internacional para o sistema universitário, como veio a ocorrer na década de 1990 com o Banco Mundial, foi um elemento importante para que as universidades ficassem à parte deste ataque neste momento.

No governo do Acordo Patriótico⁸ (1989-1993) surgem as primeiras referências quanto à “eficiência, eficácia e pertinência das Universidades Estatais” (Álvarez Ortega, 2010, p. 17); porém, as diretrizes para o ensino superior em um enfoque neoliberal aparecem com o primeiro governo Sánchez Lozada, na aprovação da Lei da Reforma Educativa, Lei nº 1565 (Bolívia. Congresso Nacional, 7 de julho de 1994).

No artigo 21 desta lei, constava a criação de dois organismos de avaliação externa, o Sistema Nacional de Acreditação e Medição de Qualidade Educativa (SINAMED) o Conselho Nacional de Acreditação e Medição da Qualidade Educativa (CONAMED), este incumbido de administrar o primeiro (Bolívia. Congresso Nacional, 7 de julho de 1994). O governo ainda encomendou, em 1996, um estudo ao Instituto José Ortega y Gasset, da Espanha, denominado “Reforma da Universidade Pública da Bolívia”.

Assim, tentou-se instituir a avaliação e controle externo do sistema universitário boliviano. O estudo foi rechaçado na IX Conferência Nacional Ordinária de Universidades que aprovou a formação de uma comissão jurídica para iniciar uma ação legal contra o instituto espanhol (Álvarez Ortega, 2010). Ao fim e ao cabo, tanto o SINAMED quanto o CONAMED foram desestruturados.

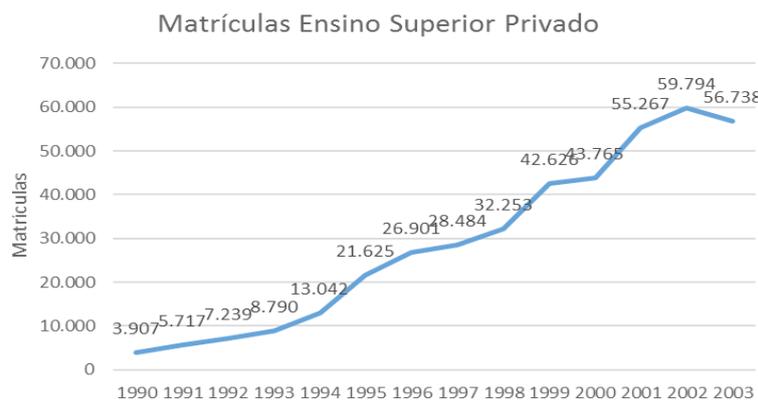
Esse período coincide com outras leis educativas que estavam sendo aprovadas no continente e com a publicação do texto seminal de política educacional do Banco Mundial para o ensino superior: *La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia* (1995, versão em espanhol).

⁸ Aliança entre o MIR de Jaime Paz Zamora e a ADN de Hugo Banzer.

Devido à resistência oferecida pelas estruturas universitárias fundadas na autonomia e no cogoverno, o avanço das políticas neoliberais concentrou-se no fomento à criação e expansão das universidades no setor privado, para onde migrou a elite econômica do país (Rodríguez Ostría, 1998). A Universidade Católica Boliviana (UCB), que havia sido fundada em 1966, logo após o golpe militar de Barrientos, foi até 1982 a única universidade privada boliviana (Laguna & Weise, 2008).

Os dados a seguir corroboram a observação de Álvarez Ortega. A expansão de matrículas do setor privado no ensino superior na Bolívia em 13 anos apresentou um crescimento de 1.450%.

Figura 3. Matrículas ensino superior privado boliviano.



Fonte: Márquez Tavera y Loayza Salinas (2004, p.10).

No início do século XXI, em El Alto, conformava-se um forte movimento popular pelo acesso ao ensino superior. Esta cidade nasceu como um bairro de La Paz que vivenciou um intenso processo de migração, passando a concentrar enormes contingentes de ex-camponeses, de trabalhadores pauperizados, ex-mineiros e

populações indígenas de origem principalmente aimará, e que ficou por emancipar-se de La Paz na década de 1980. A criação da Universidade Pública de El Alto (UPEA) não partiu de um projeto elitista, mas dessa base social extremamente mobilizada.

A população reivindicava que a Universidade Maior de San Andrés UMSA, localizada em La Paz, criasse campos universitários nos terrenos que dispunha em El Alto, mas não era atendida. No 1º de Maio de 2000, os movimentos sociais ocuparam os imóveis da UMSA em El Alto que passou a funcionar como uma instituição autônoma, sendo reconhecida somente em 2003, com a derrocada do governo de Gonzalo Sánchez de Lozada.

Em um dos depoimentos que recolhemos, o professor de História da UPEA, Salvador Gonzalo Quispe Mamani, asseverou que nessa marcha do 1º de maio de 2000, havia mais de 11.000 participantes (Mamani, entrevista aos autores, 15 de setembro de 2016).

Em 2003 o novo governo de Gonzalo Sánchez de Lozada tentou elevar os impostos e enfrentou protestos nas grandes cidades. Em La Paz e em Santa Cruz ministérios foram invadidos e as sedes de partidos políticos tradicionais foram destruídas.

Em setembro do mesmo ano o governo divulgou a intenção de exportar gás para os Estados Unidos por meio do porto do Chile. Foi o início da Guerra do Gás que teve em El Alto seu epicentro e transformou-se em uma insurreição nacional, com 60 mortos e 429 feridos.

As dependências da UPEA, ainda não reconhecida como universidade pelo governo, serviram como quartel general dos insurretos. Diante do agravamento da crise o presidente renunciou e fugiu para os Estados Unidos. A UPEA foi reconhecida como universidade neste quadro de mobilização.

Figura 4. Manifestantes da Guerra do Gás, El Alto.



Fonte: Quintana (2015).

No governo Evo Morales foram criadas, por meio do decreto 29.664, de 02 de agosto de 2008, três universidades bilíngues que constituem o sistema Universidades Indígenas da Bolívia (UNIBOL): Universidade Indígena Casimiro Huanca, (Quechua) em Cochabamba; a Universidade Indígena Apiaguaiqui Tumpa, (Guarani) em Santa Cruz; e a Universidade Indígena Tupac Katari, (Aimará) no departamento de La Paz. Estas universidades não integram o CEUB.

Pelos apontamentos de Paz Rada (2017), com relação ao governo de Evo Morales, as universidades privadas têm mantido não apenas um bom relacionamento, mas gozado de atenção privilegiada em relação às universidades públicas, ainda que estas sejam responsáveis por 80% da investigação nacional:

Por sua vez, as Universidades Privadas consolidaram-se e multiplicaram-se nas cidades com maior concentração populacional. Algumas delas são consideradas de alto nível acadêmico, mas em conjunto respondem a interesses comerciais, sendo universidades de grêmios de empresários privados, de diversas igrejas e a maioria orientadas à mercantilização da educação superior. Os governos neoliberais de 2002 a 2005 favoreceram sua legalização e o governo nacionalista indígena camponês continuou com esta política. Inclusive as autoridades têm

Contribuições para a constituição da história do sindicalismo docente universitário

priorizado as relações do governo com elas antes que com as públicas.
(Paz Rada, 2017, pp.104-105)⁹

A comparação entre a evolução das universidades do setor público e o setor privado no período de 2000 a 2016, demonstra que no século XXI a divisão proporcional do número de matrículas entre os dois setores manteve-se estável apesar da forte expansão.

Quadro 5. Evolução de matrículas
no setor público e privado (2000-2016).

| | Públicas | % | Privadas | % | Total |
|-------------|-----------------|----------|-----------------|----------|--------------|
| 2000 | 213.291 | 82,78 | 44.357 | 17,22 | 257.648 |
| 2001 | 223.728 | 80,71 | 53.477 | 19,29 | 277.205 |
| 2002 | 240.428 | 81,01 | 56.366 | 18,99 | 296.794 |
| 2003 | 249.005 | 79,39 | 64.631 | 20,61 | 313.636 |
| 2004 | 257.688 | 79,31 | 67.233 | 20,69 | 324.921 |
| 2005 | 273.854 | 79,11 | 72.307 | 20,89 | 346.161 |
| 2006 | 282.079 | 78,27 | 78.328 | 21,73 | 360.407 |
| 2007 | 297.342 | 78,60 | 80.962 | 21,40 | 378.304 |
| 2008 | 301.921 | 76,55 | 92.471 | 23,45 | 394.392 |
| 2009 | 324.237 | 77,39 | 94.748 | 22,61 | 418.985 |
| 2010 | 333.210 | 78,45 | 91.532 | 21,55 | 424.742 |
| 2011 | 366.036 | 77,97 | 103.407 | 22,03 | 469.443 |
| 2012 | 397.939 | 78,29 | 110.370 | 21,71 | 508.309 |
| 2013 | 366.251 | 76,72 | 111.139 | 23,28 | 477.390 |
| 2014 | 509.524 | 80,46 | 123.744 | 19,54 | 633.268 |
| 2015 | 523.161 | 80,49 | 126.847 | 19,51 | 650.008 |
| 2016 | 544.848 | 80,87 | 128.871 | 19,13 | 673.719 |

Fonte: dados tabulados pelo autor a partir de planilhas do INE (2017).

⁹ Tradução nossa.

A CUD, a contrarreforma e o movimento estudantil

Diferentemente de outras organizações sindicais docentes universitárias nacionais, a CUD surgiu como uma decorrência institucional: compor um órgão que expresse o cogoverno universitário em nível nacional, o CEUB.

Isso não significa que sua fundação não expresse uma conquista da luta contra o autoritarismo, que os docentes universitários não se mobilizaram contra os governos militares, ou que as federações docentes que compõem a CUD não promovam greves, manifestações, ou não entrem em atrito com os reitores e os chefes de departamento. Porém, a CUD possui um duplo caráter: sindical e institucional universitário.

Como vimos, ao longo dos anos 1990, a CUD deparou-se com várias tentativas de restrição da autonomia universitária como ocorridas em outros países vizinhos. Em 1994 com a criação do SINAMED e CONAMED com a Lei da Reforma Educativa, e posteriormente com o estudo do Instituto José Ortega Y Gasset, da Espanha, mas a estrutura universitária boliviana, baseada na autonomia universitária e no cogoverno paritário, foi suficiente para barrar o avanço de tais intentos.

Outro elemento distintivo é o grau de centralização da CUD em relação às congêneres de outros países. Apresenta uma estrutura mais descentralizada, talvez por conta do próprio isolamento entre as universidades entre si, que se reflete na ausência de grandes movimentos em nível nacional e mesmo de um quadro de cargos e salários de abrangência nacional.

Figura 5. Confederação Universitária de Docentes da Bolívia.



Fonte: CUD (s.f.).

Quando visitamos Sucre, os docentes universitários haviam promovido há poucas semanas um movimento grevista –vitorioso– para reajuste salarial. Ainda que estejam de acordo com um mesmo estatuto, votado no Congresso das Universidades, cada instituição apresenta um quadro próprio de salários e possui uma participação diferenciada nos recursos federais.

Quadro 6. Evolução do número de docentes em universidades que integram o CEUB.

| Ano | Nº Docentes | Ano | Nº Docentes |
|------|-------------|------|-------------|
| 1947 | 542 | 2009 | 12.571 |
| 1957 | 1.098 | 2010 | 12.565 |
| 1989 | 4.142 | 2011 | 13.187 |
| 1996 | 6.290 | 2012 | 14.477 |
| 2005 | 10.900 | 2013 | 15.326 |
| 2006 | 11.387 | 2014 | 17.273 |
| 2007 | 11.638 | 2015 | 18.047 |
| 2008 | 11.807 | 2016 | 16.174 |

Fonte: Rodríguez Ostría; Lizárraga, apud Paz Rada (2017, p.84) e CEUB (2017, p.4).

As proposições da Declaração de Bolonha, difundidas na América Latina como o Projeto Alfa Tuning, através de um sistema de acreditação de cursos, é outra perspectiva para se apreciar os avanços das propostas e paradigmas neoliberais: plano de estudos baseado em competências, formação voltada para o mercado de trabalho, limitação da autonomia.

Das universidades listadas como participantes do Projeto Tuning Bolívia (Projeto Tuning América Latina, s.f.), somente duas instituições (uma privada e outra pública) não “acreditaram” em cursos junto ao Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do MERCOSUL (ARCU-SUL). Portanto, as iniciativas do Projeto Tuning e do sistema ARCU-SUL não são concorrentes, mas convergentes e, portanto, pode-se afirmar haver alguma influência do Projeto Bolonha nas universidades bolivianas.

Em 2010, foi criada a Comissão Nacional de Acreditação de Carreiras Universitárias (CNACU). A Bolívia tem um interesse quanto à certificação regional dos seus cursos, uma vez que no Brasil, por exemplo, o maior número de títulos que requerem revalidação provém de instituições universitárias bolivianas.

Em quais moldes e com que enfoques tais certificações ocorrem demanda uma pesquisa à parte, mas tal processo vem se ampliando, tanto nas universidades públicas quanto nas privadas, e atende a interesses tanto econômicos quanto acadêmicos.

As creditações não foram criticadas pelos docentes entrevistados, assim pode-se afirmar que não são percebidas como uma ameaça à uma universidade pública, ao cogoverno e à autonomia universitária. Não houve menção, por exemplo, a qualquer alteração no plano de estudos, redução do tempo de duração dos cursos ou eliminação de disciplinas das ciências humanas.

Outros efeitos das reformas neoliberais, que incidem diretamente sobre a carreira docente, são decorrentes da precarização do vínculo empregatício, comum também a outros países, e das reformas trabalhista e previdenciária.

A avaliação dos docentes é realizada pelos estudantes e pelos chefes de departamentos, havendo um processo de notificação e de desligamento quando atingido um número recorrente de avaliações negativas.

Sobre a precarização do vínculo com a instituição universitária há um significativo contingente de docentes que não possuem vínculo efetivo e são designados como “extraordinários”. Essa condição pode prolongar-se por anos.

No *Plano de Trabalho* da chapa concorrente à Federação Universitária de Docentes da Universidade Autônoma Tomás Frías (FUD-UATF), em Potosí, consta a cifra de 75% dos docentes daquela instituição como “extraordinários” (FUD-UATF, 2015) e uma das proposições da chapa era a convocatória de Concursos de Méritos e Exames de Competência para todas as carreiras.

Situação similar se passava com a Universidade Pública de El Alto (UPEA) e na Universidade Maior de San Simón (UMSS). Nesta última havia professores que se encontravam na condição de “extraordinários” há mais de dezoito anos, e sem perspectivas de efetivação.

Além da impossibilidade da progressão no plano de carreira docente da instituição, o professor extraordinário também se vê impedido de participar da vida institucional da universidade, sendo vedada a concorrência a cargos diretivos. Para o professor entrevistado na UATF, esse seria um motivo relevante.

Outro aspecto que expressa a deterioração da condição docente é a Lei 065 (Bolívia. Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social, 2010), que trata sobre o sistema previdenciário, que reduziu enormemente o valor do benefício recebido pelos aposentados. Na Bolívia prevalece o sistema de capitalização.

A CUD está particularmente empenhada em convencer o governo de que essa situação é insustentável e que a universidade deve ser considerada como uma instituição estratégica. A decorrência dessa legislação previdenciária é a permanência dos docentes universitários em atividade, mesmo depois de atingirem a idade para aposentar.

Na resolução nº 15 de 17 e 18 de fevereiro de 2017, a CUD invoca o artigo 14, inciso 2, da Constituição Federal do Estado, que destaca o veto a qualquer tipo de discriminação, no caso a etária, para justificar o direito à permanência do professor em seu posto de trabalho (CUD, 2017). A CUD rejeita a aposentadoria compulsória dos docentes enquanto a Lei 065 não for revista.

Em uma cética avaliação, Aniceto Velarde, professor da UMSA e membro da direção da Federação de Docentes da Universidade Maior de San Andrés (FEDSIDUMSA), afirma que “a ninguém convém aposentar-se. Baixar de vinte e um mil bolivianos a três mil bolivianos ou a quatro mil bolivianos, no melhor dos casos, não convém então todos seguem trabalhando” (Velarde, entrevista concedida aos autores, 30 de agosto de 2016).

Outro aspecto a destacar remete à formação continuada. Assim, na Argentina e na Colômbia, a pós-graduação *strictu sensu*, mesmo nas universidades públicas, é paga, o que impossibilita que muitos docentes possam dar sequência à sua formação acadêmica e realizar pesquisas. A própria CUD promove cursos para a formação dos docentes e apoia nas universidades iniciativas que facilitem o acesso dessa formação à categoria.

Historicamente o movimento estudantil foi o protagonista social com atuação mais destacada nas grandes transformações da universidade boliviana (Álvarez, 2010) e constituiu-se como aliado estratégico do sindicalismo docente, mas a relação das entidades docentes com as estudantis, ou entre estes dois estamentos, nem sempre é pacífica ou colaborativa.

Dois cidades que vivenciaram processos políticos decisivos no início deste século –Cochabamba com a Guerra da Água (2000) e El Alto com a Guerra do Gás (2003)– contaram com grande participação dos jovens e essa “eletricidade” manteve-se ativa nas respectivas instituições universitárias.

A UPEA teve sua autonomia reconhecida logo após a Guerra do Gás que convulsionou toda a Bolívia. É uma instituição que surgiu da mobilização popular. O Estatuto desta instituição plasmou muito da energia daqueles dias e os estudantes têm um peso decisivo importante. Em certos pontos assemelha-se a uma democracia direta estudantil, com um sistema de plebiscitos e referendos. A UPEA teve dezenove reitores em dezessete anos de existência (Flores, 14 de agosto de 2017).

Por outro lado, a condição profissional dos docentes nesta instituição, é bastante precária. Em sua maioria não possuem vínculo efetivo com a universidade, sendo “extraordinários”, ou interinos,

como são designados (UPEA, 2008). Do ponto de vista institucional, a desigualdade numérica entre estudantes (43.000) e docentes (pouco mais de 2.300) com o voto universal, e não ponderado, foi definida pelo presidente da FUD-UPEA, Salvador Gonzalo Quispe Mamani, como um “poder ditatorial” estudantil (Mamani, entrevista concedida aos autores, 15 de setembro de 2016).

Já em Cochabamba, houve em 2015, a insurgência do movimento estudantil universitário contra a iniciativa das autoridades universitárias em “titularizar” os docentes “extraordinários” sem a exigência de prestação de exames de competência. Tais incidentes envolveram barricadas, uso de força policial e até detenção de estudantes em uma prolongada greve estudantil.

Apesar de a CUD condenar as ações estudantis, posicionou-se contra a titularização dos docentes extraordinários nestes moldes, mas o incidente deixou claro que a relação entre o movimento estudantil e docente, pode ser conflitiva.

Considerações finais

Em todos os depoimentos que obtivemos dos professores entrevistados em solo boliviano, o cogoverno sempre foi defendido como um patrimônio da universidade boliviana e foi descartada de antemão a adoção da administração gerencial das universidades privadas. Não obstante, segundo vários entrevistados, e no trabalho de alguns pesquisadores (Paz Rada, 2017; Rodríguez Ostría, 1998), há uma percepção de que o cogoverno universitário passa por um momento de crise e fragilidade, que exige reflexão. Vários depoimentos apontam um “desinteresse” estudantil pela política institucional como um fator dessa crise.

Tal como outros países, os docentes universitários bolivianos têm sofrido o efeito das políticas neoliberais em relação aos direitos trabalhistas e previdenciários. A precarização de vínculo empregatício, os prejuízos para o desenvolvimento de uma carreira acadêmica e a insegurança financeira que obriga que muitos sigam trabalhando na velhice, foram recorrentemente recordados nos depoimentos, assim como a limitação do salário dos docentes ao teto da remuneração do presidente Evo Morales.

Iniciamos o presente trabalho afirmando que a revisão bibliográfica realizada no Brasil e na Bolívia evidenciou a inexistência de estudos e registros sobre o sindicalismo docente universitário boliviano.

Além da inexistência de um campo de estudos específico, tal quadro demonstra que a CUD e suas federações, em contraste com entidades sindicais nacionais de outros países latino-americanos (Argentina e Brasil), ainda não priorizaram a construção de uma memória coletiva, como ferramenta de aglutinação e elevação do nível de consciência dos docentes.

Uma hipótese para tal lacuna poderia ser a decorrência da dupla natureza da CUD: entidade sindical e estrutura do governo universitário (cogoverno). Essa proximidade ou identificação teria levado a sobreposição da memória da entidade pela própria história da instituição, mas trata-se de uma conjectura. Nossa pesquisa dialoga com essa realidade e esperamos que possa estimular a reflexão dessa tarefa pelas próprias entidades e a um conjunto mais amplo de pesquisadores preocupados em contribuir com a construção da história do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação.

Referências

- Agramont, R. (16 de agosto de 2015). La Revolución Universitaria de 1970. *Semanario Aquí*. Disponível em <http://www.semanarioaqui.com/index.php/nuestra-tierra/3765-la-revolucion-universitaria-de-1970>
- Álvarez, R. A. (2010). 50 años de construcción de la autonomía universitaria: 1928-1978. *Revista Expresión*, 33, 9-12.
- Álvarez Ortega, R. (2010). La autonomía universitaria durante la vigencia de políticas neoliberales. *Revista Expresión*, 33-34, 16-17.
- Andrade, E. O. (1998). A formação da Assembleia Popular na Bolívia (1971). Em *Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC* (pp. 1-10). Disponível em http://anphlac.ffch.usp.br/sites/anphlac.ffch.usp.br/files/everaldo_0.pdf
- Andrade, E. O. (2007). *A revolução Boliviana*. São Paulo: Editora UNESP.
- Arauco, G. P. (2011). *Historia de las universidades bolivianas: hasta la reforma de 1930*. La Paz: Plural Editores.

Contribuições para a constituição da história do sindicalismo docente universitário

- Banco Mundial (1995). *La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington: Banco Mundial. Disponível em <http://documentos.bancomundial.org/curated/es/274211468321262162/pdf/133500PAPER0Sp1rior0Box2150A1995001.pdf>
- Barros, J. (2007). História comparada: da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, 13, 7-21. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/207>
- Bolívia. Congresso Nacional (7 de julho de 1994). *Lei da Reforma Educativa Nº1565*. Disponível em https://www.oei.es/historico/quipu/bolivia/Ley_Reforma_Educativa_1565.pdf
- Bolívia. Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social (2010). *Lei de Pensões*. Disponível em <http://www.mitramiss.gob.es/es/mundo/consejerias/peru/pensiones/contenidos/LeyPensionesBolivia.pdf>
- Bolívia. Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social (2018). *Sindicalismo na Bolívia*. Disponível em <https://www.mintrabajo.gob.bo/index.php/sindicales>
- Brunner, J. J. (1990). *Educación Superior en América Latina: cambios y desafíos*. Chile: Fondo Cultura Económica. Disponível em <http://www.terras.edu.ar/biblioteca/7/SIST-Brunner%20-%20Unidad%205.pdf>
- CEPAL (2015). *Os Povos Indígenas na América Latina: Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, CEPAL. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf
- CEUB (2017). *Sistema Universitário Boliviano em cifras*. Disponível em http://www.ceub.edu.bo/cifras/docuemntos/BOLETIN_N_6_2016.pdf
- CUD (s.f.). Fotos da biografia [Álbum de fotos]. Disponível em https://www.facebook.com/pg/ConfederacionDocentes/photos/?ref=page_internal
- CUD (2017). *Resolución nº 15 em la I Conferencia Nacional Nacional Ordinaria de Docentes Ordinarios em Bolívia*. Disponível em http://www.cudbolivia.com/res_01.php?cat=2
- Dal Rosso, S. (2011). Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. Em S. Dal Rosso (Org.), *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas* (pp.17-27). Brasília: Paralelo 15.
- Declaração de Bolonha (1999). Disponível em http://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2009/09/www.ufabc_.edu_.br_images_stories_pdfs_declaracaodebolonhaportugues.pdf
- Eiró, M., & Catani, A. (2011). Projetos Tuning e Tuning América Latina: Afinando os currículos às competências. *Cadernos PROLAM/USP*, 10(1), 103-123. <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2011.82453>

- Flores, L. (14 de agosto de 2017). En 17 años la Universidad Pública de El Alto tuvo 19 rectores. *La Razon*. Disponível em http://www.la-razon.com/ciudades/Inestabilidad-UPEA-rectores-anos_0_2764523545.html
- François, E. (2016). A fecundidade da história oral. Em J. Amado & M. de Moraes Ferreira (Coords.), *Usos e abusos da História Oral* (pp. 3-14). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- FUD-UATF (2015). *Plano de Trabalho 2015-2017*. Potosí: UATF.
- Harvey, D. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola.
- INE (2017). *População matriculada em universidades privadas e públicas segundo tipo de matrícula e Departamento*. Disponível em <https://www.ine.gob.bo/index.php/educacion/educacion-superior-universitaria>
- Klein, H. S. (2015). *Historia de Bolivia: de los orígenes al 2014*. La Paz: Librería Editorial G.U.M.
- Laguna, J. L., & Weise, C. (2008). La educación superior em la región andina: Bolivia, Perú y Ecuador. *Revista da Avaliação Superior*, 13(2), 425-450. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000200009
- Laserna, R., Villarroel, M., Escóbar, F., & Gómez Lara, E. (2013). *43 años de conflictos sociales en Bolivia: descripción general y por periodos gubernamentales. Enero de 1970 – Diciembre de 2012*. Cochabamba: CERES, Plural Editores.
- Leher, R. (2008). Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos. Um Acontecimento Fundacional para a Universidade Latino-americanista. Em E. Sader, H. Aboites & P. Gentili (Eds.), *La reforma universitaria : desafíos y perspectivas noventa años después* (pp. 52-65). Buenos Aires: CLACSO. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/reforAboit07leher.pdf>
- Machicado, J. (2010). *Sindicalismo y el Sindicato en Bolivia*. Sucre: USFX, Universidad San Francisco Xavier. Disponível em <http://jorgemachicado.blogspot.com/2010/01/ssb.html>
- Manzini, E. J. (2012). *Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros*. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/MANZINI-Jos%C3%A9-Eduardo-Entevista-semi-estruturada-An%C3%A1lise-de-objetivos-e-de-roteiros.pdf>
- Mariátegui, J. C. (2010). *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão popular.
- Márquez Tavera, S., & Loayza Salinas, C. E. (2004). *La Educación Superior Universitaria Privada en Bolivia*. Santa Cruz: IESALC-UNESCO. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139980>

Contribuições para a constituição da história do sindicalismo docente universitário

- Paz Rada, E. (2017). Crisis y desafíos de la universidad autónoma en el marco de los procesos de inclusión/exclusión en la universidad en Bolivia (2001-2012). *Revista Temas Sociales*, 40, 73-112. Disponível em http://www.revistasbolivianas.org.bo/pdf/rts/n40/n40_a04.pdf
- Projeto Tuning América Latina. (s.f.). *Universidades Participantes. Centro Nacional Tuning Bolivia*. Disponível em <http://www.tuningal.org/es/participantes>
- Quintana, J. L. (2015). El ninja alteño [Publicação no blog]. Disponível em <https://boliviadepie.wordpress.com/tituo-ninja-alteño-autor-jose-luis-quintana/>
- Rémond, R. (2016). Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. Em J. Amado & M. Ferreira (Coords), *Usos e abusos da História Oral* (pp. 203-210). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Rodríguez Ostría, G. (1998). Autonomía y cogobierno paritario, entre la memoria, las dudas y las perspectivas. *Revista Ciência e Cultura*, 3, 104-121. Disponível em http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2077-33231998000100013
- Serrudo Ormachea, M. (2006). Historia de la Universidad Boliviana. *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, 8, 49-64. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/869/86900804.pdf>
- Sguissard, V. (2009). *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez Editora.
- Thompson, P. (1998). *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Tinta Roja (24 de agosto de 2018). 90 años de lucha de los universitarios bolivianos [Publicação no blog]. Disponível em <https://tinta-roja.com/2018/08/24/90-anos-de-lucha-de-los-universitarios-bolivianos/>
- Tünnermann Bernheim, C (1991). *Historia de la universidad en América Latina: de la época colonial a la reforma de Córdoba*. San José de Costa Rica: EDUCA.
- UPEA (2008). *Estatuto Orgânico, Regramentos gerais, resoluções do II Congresso Ordinário*. El Alto: UPEA.
- Vargas, M. (2012). *Historia de Bolivia*. La Paz: Correvedile.
- Voldman, D. (2016). Definições e usos. Em J. Amado & M. Ferreira (Coords), *Usos e abusos da História Oral* (pp. 33-41). Rio de Janeiro: Editora FGV.